

DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E RACISMO AMBIENTAL: (RE)CONHECENDO AS RESISTÊNCIAS DE MULHERES

*Capitalist Development and Environmental Racism:
(Re)Cognizing Women's Resistances*

Dayana Christina Ramos de Souza Juliano*
Doutoranda em Serviço Social pela Universi-
dade Federal do Rio de Janeiro

Gabriela Maria Lema Icasuriaga**
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo

Propõe-se neste trabalho o destaque da relação intrínseca entre sexismo e racismo no desenvolvimento capitalista, elucidando a reprodução social capitalista na particularidade da experiência brasileira, apresentando resistências ecofeministas e a noção de habitar colonial. Trata-se de um ensaio bibliográfico que se debruça sobre a exploração do meio ambiente/natureza na dinâmica proposta de desenvolvimento no sistema capitalista contemporâneo, destacando o papel das mulheres na resistência e na luta pela preservação de todas as formas de vida em todos os ecossistemas.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Capitalista; Meio Ambiente; Racismo Ambiental; Movimento de Mulheres.

Abstract

The proposal in this work highlights the intrinsic relationship between sexism and racism in capitalist development, elucidating capitalist social reproduction in the particularity of the Brazilian experience, presenting ecofeminist resistances and the notion of colonial dwelling. This is a bibliographical essay that focuses on the exploration of the environment/nature in the dynamic proposal of development in the contemporary capitalist system, highlighting the role of women in resistance and in the struggle for the preservation of all forms of life in all ecosystems.

KEYWORDS: Capitalist Development; Environment; Environmental Racism; Women's Movement.

Introdução

A proposta é estabelecer uma breve reflexão acerca da relação entre desenvolvimento capitalista, racismo e sexismo e a exploração do meio ambiente. Trata-se de uma análise que parte dos marcadores estruturais do desenvolvimento no capitalismo, especialmente no que se refere ao racismo ambiental baseado no modelo colonial e escravagista.

A forma como se localizam e distribuem geograficamente as populações no continente americano responde a processos históricos que remontam à colonização europeia do continente. Desde então, tanto as populações nativas, que habitavam os territórios posteriormente denominados como América, assim como todos os que chegaram de outros continentes, por vontade própria ou sob o jugo do sistema escravagista, foram habitando espaços determinados pelo poder colonizador, violento e autoritário. Desde então é possível observar que a localização da população acompanhou os anseios de exploração e extração de riquezas que

fizeram possível a constituição do sistema capitalista, ou do sistema mundo capitalista na acepção utilizada por Wallerstein (1990).

O desenvolvimento do capitalismo no continente, mais especificamente no que veio a se chamar de América Latina, em decorrência da matriz linguística dos colonizadores, aprofundou as desigualdades na designação diferenciada de locais de habitação e de reprodução imediata da vida para os diferentes grupos da população, seguindo o padrão de poder colonial, sustentado na hierarquização social com base nas diferenças raciais e na funcionalidade para a extração e produção de riquezas para desenvolver as economias colonial-imperialistas europeias.

Embora, tanto o conceito de desenvolvimento, como o de racismo ambiental¹, sejam muito mais recentes do ponto de vista cronológico, situamos sua gênese nos fatos históricos acima elencados, que deram a tônica para todo o processo de formação econômica e social dos países que atualmente compõem a região, dentre os quais estaremos fazendo referência principalmente ao Brasil e a permanência e evolução da matriz de poder colonial como estruturante das relações sociais e ambientais, sobre as quais discorreremos a seguir.

A colonialidade do poder, na formulação original do peruano Aníbal Quijano (2005), significa um avanço na compreensão da nossa sociedade latino-americana numa perspectiva materialista e sócio-histórica. Essa dominação, que acontece, prioritariamente, a partir da cristalização das principais instituições, passam a hierarquizar a existência social, a partir da imposição eurocêntrica de formas de controle do trabalho, do patriarcado, e do racismo. Quadro de referência que fomenta a exploração de pessoas, de todas as formas de vida, inclusive a natureza, considerando-a 'recursos naturais'.

Neste breve ensaio destacamos que os espaços de reprodução social dominados pelas relações de poder colonial, destinados às mulheres, se transformaram em espaços de saberes e práticas de resistência que forjaram os feminismos, como formas de luta na defesa intransigente da vida em todas suas dimensões, visando transformar as relações humanas com todos os seres e ecossistemas. Assim, o chamado ecofeminismo nos permite compreender as encruzilhadas do tempo presente: a ecologia e o feminismo. Essa dupla referência nos aponta os limites impostos pelo atual estágio de acumulação de riquezas, que conduz à total exploração da natureza, desconsiderando a importância da mesma para a vida planetária.

Peredo e Solón (2019) definem o ecofeminismo como “uma teoria crítica, uma filosofia e uma interpretação do mundo para sua transformação” (in: SOLÓN, 2019:113). Esta perspectiva do feminino em defesa de todas as formas de vida, reconhece no Bem Viver dos povos

¹ O conceito de desenvolvimento recebe um tratamento específico e aprofundado após a Segunda Guerra Mundial, enquanto o conceito de racismo ambiental é atribuído ao ativista norte-americano pelos direitos civis Benjamin Chavis, nas décadas de 1950-60.

originários da atual América Latina, os descendentes do *suma kamaña* do povo *aymarã* e do *suma kaysay quéchua*, o resgate de concepções e práticas comunitárias que fazem referência a relações harmônicas entre todas as formas de vida, que remetem a uma só, única capaz de sustentar a vida no planeta.

Faremos uma abordagem de cunho reflexivo que incorpora a perspectiva da decolonialidade como estratégia transformadora e olhar interpretativo em prática concreta e em ação cotidiana politizada, isto é, um conjunto de conteúdos prático-teóricos que impactam nas ações sociais do cotidiano.

Desenvolvimento capitalista colonial e Exploração da Natureza

O Padrão de desenvolvimento capitalista destina aos países da América Latina um *status* de subdesenvolvimento em desvantagens aos países centrais do sistema capitalista mundial. Essa relação não é natural, ela é estabelecida através de determinações históricas, políticas e, sobretudo, econômicas no trato de poder e hierarquia das relações internacionais impostas, primeiro pela Europa colonialista e depois pelos países de capitalismo desenvolvido do Norte ocidental. Essa forma de desenvolvimento, sustentada no saqueio da natureza e na exploração do trabalho humano e não humano, criaram um tipo de “civilização” e promoveram um modo de sociabilidade, insustentável social e ambientalmente.

Em outros termos, o padrão de poder é mundial, e não pode existir de outro modo, pois o desenvolvimento é intrínseco aos diferentes espaços-tempos e contextos históricos. O debate convencional sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento, de acordo com Quijano (2000), coloca em cena um duplo questionamento, primeiro em relação ao desenvolvimento do próprio capitalismo, as suas condições e determinações históricas de países e regiões em todo mundo, em segundo lugar em relação as atuais características e tendências mundiais, a chamada globalização, como uma nova fase do padrão de poder capitalista colonial. Uma etapa avançada e aprimorada da internalização e internacionalização do capitalismo no mundo, de forma correlacionada e desigualmente integrada. E, ainda, como aponta Milton Santos (2017), a globalização é a imposição de uma série de perversidades no mundo:

“A perversidade sistêmica que está na raiz dessa evolução negativa da humanidade tem relação com a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que atualmente caracterizam as ações hegemônicas. Todas essas mazelas são direta ou indiretamente imputáveis ao presente processo de globalização” (Santos, 2017, p. 20).

Para os países latino americanos esse cenário de desenvolvimento desigual e combinado², os situa na lógica do subdesenvolvimento, que como informamos acima não é natural,

² Ver em Lowy, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Revista Outubro, 1995.

é o somatório de condições estruturais, historicamente determinadas e geograficamente impostas. No texto *“El fantasma del desarrollo em América Latina”* (2000), Quijano nos ajuda a compreender que o padrão de poder capitalista colonial é exercido globalmente, de forma simultânea e correlatamente, e ainda que é próprio da característica do capitalismo articular múltiplas dimensões, mesmo que em espaço-tempo distintos, e em contextos onde as desigualdades são forjadas estruturalmente, designando elos de uma mesma e única ordem mundial.

De forma díspar, desenvolve-se o capitalismo, em um movimento desigual e combinado (Trotsky, 1982) decorrente de componentes históricos, políticos, sociais e sobretudo econômicos. Um processo diferenciado nas diversas nações, onde as ‘atrasadas’ são pressionadas pelas nações desenvolvidas, e ainda progridem assimilando técnicas de grande avanço técnico-científico, em relações sociais e econômicas consideradas ‘pré-capitalistas’.

A crise ecológica deve ser reconhecida pelo que de fato é: os padrões de produção e consumo capitalista nos moldes dos países ditos desenvolvidos, e que hoje se tornaram universais, só podem ser efetivados, às custas da destruição da natureza, de violência e de sofrimento humano. A reprodução da sociedade e as mínimas bases de segurança biológicas e sociais estão desacreditadas diante dos imperativos ideológicos e práticos impostos para o desenvolvimento do capitalismo.

Como afirma Andre Gunder Frank (1966), o subdesenvolvimento atual da América Latina é o resultado de séculos de participação no processo mundial de desenvolvimento do capitalismo. O autor indica que a história do Brasil é talvez o exemplo mais claro de desenvolvimento regional e nacional nos marcos do subdesenvolvimento. Em seus estudos, que tiveram como referência Chile e Brasil, Gunder Frank sinaliza que “cada região do Brasil experimentou o que pode parecer um desenvolvimento econômico durante o período de suas respectivas idades douradas, mas era um desenvolvimento dependente que não era nem autogerado nem capaz de autoperpetuar-se.” (Gunder Frank, 1966, p.96)

Tendo em vista esse cenário de desenvolvimento / subdesenvolvimento, e os reflexos e dinâmicas nos países da América Latina, é preciso apontar o papel dos Estados nacionais, nesses países, e as formas de sujeição aos países de capitalismo central. Augustin Cueva (1979) vai nos dizer que:

“A primeira tarefa que o Estado cumpriu nesse sentido na maior parte dos países latino-americanos foi a de cancelar de uma vez por todas o projeto de desenvolvimento nacional autônomo, implantando em seu lugar um modelo de desenvolvimento ‘associado’, ou seja, perfeitamente inserido em uma perspectiva de transnacionalização dos setores chave da nossa economia.” (Cueva, 1979, p.05)

Ainda na perspectiva de Cueva (1979), os desígnios do desenvolvimento para a América Latina e a transnacionalização de toda a estrutura econômica, reforçam que as exigências

do sistema capitalista não se destinam a um país ou continente, esses desígnios estabelecem mundialmente condições de valorização do capital – nos âmbitos da produção e reprodução social. O que Mascaro (2013) reafirma dizendo que o Estado é um derivado necessário da própria reprodução capitalista, uma especificidade do capitalismo, e suas práticas e destinações são determinadas pela fase ou ciclo do capitalismo experimentado.

O reconhecimento desse longo percurso de práticas predatórias, nos permite constatar os rastros do “desenvolvimento” nas condições atuais das nossas sociedades e de nosso ambiente, e nos obriga a questionar: Que desenvolvimento é esse, que desmata, extermina vidas e recursos naturais e todos os ecossistemas; promove contaminação de solos e alimentos; privilegia a expropriação e o acúmulo de terras; promove crimes ambientais; causa queda de barragens e detona toda extensão do ecossistema local, ceifando vidas através do soterramento de um vasto território, destruindo cidades inteiras, e ainda assim, se justifica alegando que tudo é em nome do desenvolvimento?

A mercantilização capitalista da natureza, sua precificação e comoditização, tem causado destruição, mesmo quando de maneira contraditória, se propõe a preservação como uma condição fundamental, com ideias e conceitos como “biocapitalismo” e “economia verde” que são inspiradas nas relações entre sociedade e natureza no período do pós fordismo, que consideram a capacidade transformadora e adaptativa do capitalismo em conjunto com sua destrutividade ecológica (Brand, 2021, p.241).

A pesar de propostas que tentam atenuar a depredação e o extermínio das diversas formas de vida, as práticas vigentes continuam assentadas na geração de lucros, acumulação crescente do capital, vide a busca constante por atividades econômicas expansionistas e de exploração contínua dos seres humanos, dos seres vivos, de todo o ecossistema e da natureza. No bojo dessas premissas estão aninhados problemas e desafios históricos: a exploração do trabalho humano à exaustão, da violência para dominar grupos populacionais e territórios, o extermínio através da violência racial e patriarcal contra grupos socialmente vulnerabilizados, entre tantas marcas do processo colonial de formação social da América Latina e da sua permanência e persistência como colonialidade do poder.

O desenvolvimento desigual da dinâmica capitalista nas diferentes formações sociais ao longo da história, criou e consolidação a divisão internacional do trabalho, organizada a partir das hierarquias estabelecidas pelo poder colonial que ainda vigoram. A relação de exploração, inerente ao trabalho na sua forma capitalista, se assenta nas hierarquias que classificam a população mundial de acordo a critérios europeus, raciais e patriarcais, que desenvolveram uma ideologia e práticas racistas, sexistas, misóginas, cujas manifestações discriminatórias e segregacionistas ainda permeiam toda a sociedade.

A lógica colonial, forte e autoritária, dá tônus à sociedade brasileira, tenta impedir e tensionar as organizações democráticas diversas e plurais com vistas à emancipação e vida

digna para todos. Por isso uma grande transformação socioecológica precisa levar em conta outras tendências, outras forças de resistência por muito tempo invisibilizadas – de mulheres, populações negras, povos originários e indígenas.

Malcom Ferdinand (2022), nos orienta para o fato de que estamos submetidos a um ecossistema que faz com que tenhamos impregnado em nossos corpos, tecidos e sangue resíduos de produtos químicos e industriais, salienta ainda, que a racialização global, ou seja, os processos de desigualdade racial no mundo implicam na existência de alguns grupos que são atingidos de maneira desproporcional.

O racismo ambiental é um conceito importante para compreendermos a localização de lixões e aterros tóxicos, a segregação populacional por territórios ditos marginalizados (periferias e favelas), bem como outras formas de ações e práticas que desvalorizam e que demarcam a vida de pessoas negras por território, região, lugar, entre outros elementos. Ferdinand (2022) nos provoca a conectar as agressões ao meio ambiente e a violência racial, apontando a articulação e inter-relação desses dois fenômenos sociais.

Sobre o racismo ambiental e a violência colonial e racial destinada aos territórios populares e favelas, como no caso brasileiro, bem como a relação de exploração e discriminação dos corpos/população negra, é interessante ver em Frantz Fanon (2005) a relação traçada entre a cidade do colonizador x a cidade do colonizado.

O processo de colonização inaugurou nas Américas um violento e peculiar modo de habitar a terra, o que Ferdinand denomina de habitar colonial, que tem como princípios o modo de exploração geográfica, de exploração das terras e da natureza e a exploração dos seres humanos. “Longe de visar apenas a manutenção da vida dos humanos, o habitar colonial visa à exploração com fins comerciais da terra, e pressupõe essa relação de exploração intensiva da natureza e dos não humanos (Ferdinand, 2022, p. 50).

O habitar colonial é perceptível pelas suas formas de estar, de se fazer presente, de coexistir e de anular vidas, instaura uma engenharia que envolve humanos e todo o ecossistema, assumindo três características principais, “a instituição da propriedade privada da terra; estabelecimento da *plantation*; e a exploração massiva de seres humanos.” (Ferdinand, 2022, p.53)

É importante dizer que a exploração massiva de seres humanos encontrou sua expressão mais profunda e evidente no estabelecimento do comércio/tráfico negreiro transatlântico e da escravidão de povos africanos nas Américas, bem como a exploração dos povos originários/indígenas.

Raça, Gênero e meio ambiente no desenvolvimento capitalista colonial

Partir da concepção de desenvolvimento do capitalismo na América Latina, e assim no Brasil, é pensar os pilares centrais de desigualdades de Raça e Gênero. Modernidade, escravidão e patriarcado são faces do mesmo evento. Ainda é preciso fortalecer a afirmação de que a colonização nos delega o nexos colonial³, a colonialidade.

O Brasil mantém seu lastro colonial, nesse país a colonialidade se dá a partir de relações de produção e reprodução social determinadas pelo capitalismo e pelos legados do processo de escravização em um dialético e contínuo construto social. Em meados da década de 1970, Beatriz Nascimento afirma que o sistema escravista que emergiu no início da expansão da economia europeia, é, pelas suas contradições, um dos pontos cruciais da história universal. Pois o sistema escravagista oferece implicações singulares ao implantar-se no Novo mundo, utilizando arbitrariamente e violentamente da exploração do trabalho e da persona de milhões de homens e mulheres, e é exatamente neste momento histórico que aparecem os ideais embrionários de igualdade, liberdade e universalidade entre os habitantes da Europa ocidental.

Sabemos que a colonialidade afeta diretamente os corpos negros/não brancos em uma relação direta e própria da sociabilidade, haja vista que instituiu parâmetros coloniais – branco/europeu – para as instituições, profissões, corpos, territórios e toda gama de elementos e dispositivos integrantes da vida social. Uma das artimanhas específicas da colonialidade no Brasil é estabelecer, afirmar e reafirmar constantemente uma cegueira racial que coaduna com as alegações irreais da dita democracia racial.

Aníbal Quijano (2007) também contribui para compreender as bases constitutivas e permanentes da modernidade, como a superposição das experiências concretas e subjetivas que expressam o mundo contemporâneo, tendo as concepções e protoformas eurocentradas, com bases enraizadas na formação e manutenção do chamado novo poder mundial, em larga escala na experiência global, sendo a raça o elemento social central e fundamental para esse mundo colonial/moderno do capitalismo.

As diferenças fenotípicas e, principalmente, a cor da pele, cria, no olhar conquistador e violento, a diferença entre as raças, e a ideia de superioridade racial e civilizatória do homem branco europeu, que passa a justificar a desumanização do diferente e a perpetuação dos tratamentos mais abomináveis, levando ao genocídio e escravização de enormes contingentes de população nativa e comercializada de várias partes do continente africano. Dessa forma

³ Refletindo sobre o nacional-nacionalismo francês, Achille Mbembe enfatiza: “Nunca será demais enfatizar a complexidade e a heterogeneidade da experiência colonial. De uma época a outra e de um país a outro, as variações foram notáveis... se existe uma subjetividade das relações coloniais, sua matriz simbólica e sua cena originária é certamente a raça.” (Mbembe, 2018, p. 116)

se assenta, de acordo com Quijano (2007), o poder de dominação colonial que senta as bases do sistema mundo capitalista.

“A ideia de raça é seguramente, o mais eficaz instrumento de dominação social inventado nos últimos 500 anos. Produzida no início da formação da América e do capitalismo, na passagem do século XV para o século XVI, nos séculos seguintes foi imposta sobre toda a população do planeta como parte da dominação colonial da Europa... Deste modo, a raça permeou todos os âmbitos do poder mundial capitalista” (Quijano, 2007, pág.43).

Por tanto, o racismo é estrutural, no sentido dado por Almeida (2019)⁴, e para a sua apreensão não é suficiente manter a atenção voltada especificamente para as comparações raciais, dadas entre grupos e segmentos populacionais distintos racialmente, é necessário compreender todas as formas de poder e organização da sociedade – econômica, política, cultural. E ainda, resguardando nas análises as particularidades do Brasil no que tange as suas dimensões continentais e respeitando as diversidades regionais.

Luiz Augusto Campos (2017), acrescenta um novo conceito em relação à raça/racismo, o ‘Racismo Sistêmico’, apresentando-o como ação ideológica e prática, para além da estrutura, evidenciando a sua pluralidade, natureza e carga política necessária para a compreensão desse elemento social. O modo de atuação do racismo na sociedade brasileira se dá nos campos dos preconceitos, das discriminações e das desigualdades de cunho racial, no processo de sociabilidade da realidade racista brasileira.

A questão racial se aprofunda quando incorporamos a perspectiva de gênero. Outra dimensão negada nas análises das relações sociais do capitalismo colonial e que é contraditoriamente central nas análises sobre os processos histórico-sociais na América Latina e particularmente no Brasil. Para entender as diferentes fases do desenvolvimento capitalista periférico é inequívoca a necessidade de considerar o racismo, o patriarcado e o sexismo, não como recorte, mas como dimensão estrutural, que se perpetua nas formas contemporâneas e atuais da colonialidade do poder.

A intelectual Lélia Gonzalez, em ‘A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político econômica’ escrito de 1979, endossa:

“Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam nos mais baixos níveis de opressão. Enquanto seu homem é objeto da perseguição, repressão e violência policiais, ela se volta para a prestação de serviços domésticos... ela sofre um processo de reforço quanto a internalização da diferença, da subordinação e da ‘inferioridade’...” (Gonzales, 2018, pág. 44 e 45)

⁴ Silvio Almeida nos atenta: “O racismo também é uma forma de regulação, uma forma de padronização da vida social. O racismo é o normal e não o anormal. Por isso o racismo é estrutural. O racismo é o parâmetro de normalidade da vida social e política. Ele tem materialidade justamente porque está conectado com o processo de reprodução das formas sociais e das estruturas que são materializadas pelas formas sociais. Ele é uma ideologia. Aliás ele precisa ser ideologia. E ideologia não é só uma ideia que passa pela nossa cabeça, que passa na consciência, ou no mundo.” (Almeida, 2019, p.20)

Também encontramos em Lugones (2020) uma abordagem profícua entre colonialidade e a questão de gênero, enfatizando a importância de reconhecer a dominação e exploração de gênero para o sistema capitalista moderno colonial. “Conceber o alcance do sistema de gênero do capitalismo eurocêntrico global é entender até que ponto o processo de redução do conceito de gênero à função de controle do sexo, seus recursos e produtos, constitui a dominação de gênero” (Lugones, 2020, pág.73). A compreensão patriarcal e sexista da dominação colonial abarca todos os espaços da sociabilidade, desde o espaço doméstico da reprodução imediata da vida, até as formas de inserção no mundo do trabalho.

Como indica Lélia Gonzales, “tratar da divisão sexual do trabalho sem articulá-la com seu correspondente em nível racial é recair numa espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculino e branco.” (Gonzales, 2018, p.42). Portanto, para manter fidelidade com a compreensão e interpretação da realidade precisamos incorporar as dimensões estruturais da materialidade e da subjetividade que compõem a totalidade social. Esta compreensão da realidade está contida no acionar cotidiano, que pressiona a mulher negra a se manter em alerta militante contra toda forma de discriminação.

Sueli Carneiro (2019) enfatiza “a conjunção das discriminações de raça, sexo e classe implica em tríplice militância, visto que nenhuma solução efetiva para os problemas que nos afligem pode advir da alienação de qualquer desses fatores” (Carneiro, 2019, p.55).

“...o ser mulher negra na sociedade brasileira se traduz na tríplice militância contra os processos de exclusão decorrentes da condição de raça, sexo e classe, isto é, por força das condições que o ser mulher encerra, recai sobre elas a responsabilidade de carregar politicamente bandeiras históricas e consensuais do movimento negro, do movimento de mulheres e somar-se aos movimentos sociais voltados para a construção de outro tipo de sociedade baseadas nos valores da igualdade, solidariedade, respeito à diversidade e justiça social” (Carneiro, 2019, p.169).

O racismo e sexismo, enquanto forem expurgados das análises sobre a problemática social, como fenômenos de ordem menor, continuarão a existir como obstáculos do exercício e organização política que queira se destinar à emancipação humana de forma total⁵. Sendo assim, é preciso alargar as perspectivas teóricas sobre o pensamento social brasileiro, uma guinada que retire as classes sociais como elemento explicativo das discriminações e hierarquias sociais, ampliando e inserindo as dimensões de gênero e raça.

A partir dos argumentos tecidos até aqui, sustentamos que a apreensão dos debates atuais sobre a crise ambiental que coloca em risco a vida no planeta, não pode prescindir de

⁵ “As organizações de esquerda tem argumentado dentro de uma visão marxista e ortodoxa que a classe é a coisa mais importante. Claro que classe é importante. É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre a outra.” (Davis, 2016, pág.13)

uma abordagem que incorpore as dimensões históricas e estruturantes da sociedade capitalista. Em tal sentido, as críticas tecidas pelas ecofeministas se colocam como oposição revolucionária, renunciando aos discursos que insistem na possibilidade de um desenvolvimento capitalista com progresso econômico e social, de forma igualitária, respeitosa e humana.

Ao descrever as críticas ao desenvolvimento capitalista e seu potencial ofensivo e destrutivo a partir do pensamento feminista, Barragán, Lang, Chávez e Santillana (2020), fazem a apresentação das distintas correntes do ecofeminismo, citando a corrente essencialista e a da teologia feminista. Reforçam que o surgimento do ecofeminismo deu-se como “proposta contracultural que a partir dos anos 1970 denuncia a associação desvalorizadora que o capitalismo estabelece entre as mulheres e a natureza” (Barragán, Lang, Chávez e Santillana, 2020, p.226).

A ecologia feminista propõe o questionamento à situação das mulheres diante das questões decorrentes do chamado “meio ambiente”, e critica o desenvolvimento para denunciar que as mulheres que lidam com a terra/meio ambiente/natureza experimentam condições específicas de opressão, exploração e subordinação. E ainda apresenta a sugestão da superação do antagonismo entre trabalho e natureza, da priorização das economias locais e regionais, do fortalecimento das decisões comunitárias e coletivas, e da retomada da relação direta entre produção e consumo, assim como participação ativa das mulheres nos processos de decisão, manejo e gestão dos recursos ambientais/ecológicos. Alberto Acosta (2020) enfatiza a importância da mulher no contexto de insegurança alimentar em que vivem grandes parcelas da população

“o debate feminista terá um lugar central na construção do movimento agroecológico a partir do momento em que as mulheres, principalmente mulheres do campo, indígenas, negras e de populações tradicionais, começam a trazer suas pautas, demandas e necessidades de reconhecimento dentro do movimento, partindo da ideia de que ‘sem feminismo, não há agroecologia’, construindo assim uma nova agenda para o movimento ambiental no Brasil e em toda América latina” (Costa, 2020, p. 288).

No Brasil, com o contexto de (re)democratização, vimos a retomada dos movimentos sociais e nesse bojo a questão do ambientalismo ganha nova força e contornos, e com isso surgem por todo território nacional graves denúncias de crimes ambientais que atingem toda a população e transcendem as fronteiras nacionais. Pois, o ambiente de vida é planetário, único e interconectado. Evidência desestimada pelos defensores da mercadorização da natureza em nome do desenvolvimento capitalista e da acumulação de riquezas. A ideologia do desenvolvimento baseado na depredação de todos os ecossistemas tem sido sistematicamente alimentada por argumentos enganosos, contra os quais se debatem segmentos sociais igualmente sometidos pela colonialidade do poder, que mantém, recria e aperfeiçoa os mecanismos de exploração e despossessão.

Os escravizados de ontem, os povos originários e as populações afrodiaspóricas da atualidade, destacadamente as mulheres, tem suas vivências demarcadas pelas posições de subalternidade no mundo colonial moderno. Contudo, os movimentos antirracistas, feministas e ecológicos apontam que essas formas de opressão e exploração conjugam a colonialidade, combinando racismo, classismo e sexismo.

Ecofeministas, como Vandana Shiva⁶, denunciam que o modelo econômico, social, político e cultural vigente é constituído por meio da violência e da exploração de mulheres, dos ecossistemas, dos povos originários, e de suas terras, sob a incontável destruição da natureza.

As ecofeministas nos lembram que a crise ecológica é também uma questão de reprodução social do capital e do capitalismo, ou seja, é do resultado de violências e violações sistemáticas e estruturais concebidas e cometidas por um mundo masculino, burguês, branco, colonial que promove a degradação dos ecossistemas do planeta e as desigualdades sociais, políticas e culturais.

O ecofeminismo nos encoraja a reconhecer o significado mais profundo de que não é possível a manutenção da colonialidade baseada na branquitude, no racismo e no sexismo/misoginia como caminhos possíveis para um futuro de vida e liberdade, mesmo quando nessas formas de organização social estão presentes as bandeiras de universalidade, de igualdade, de respeito e de sustentabilidade para todos.

Considerações finais

Vivemos tempos paradoxais, de disputas políticas, em que há uma ampla discussão social e política sobre a crise ecológica, haja vista o que tange às mudanças climáticas, pois a pauta ambiental tem ganhado destaque na mídia e nos movimentos sociais, e há, ainda, políticas estatais que em medidas administrativas e a partir de políticas pontuais e ineficientes enfatizam a bandeira da sustentabilidade.

Contudo, nesse aparente debate geral, ainda há ocultamentos das contradições entre interesses genuínos pela manutenção da vida e interesses pela manutenção e perpetuação do sistema hegemônico, embora tingido pelos adjetivos decorrentes da “sustentabilidade”. A invisibilidade dos feminismos e das lutas das mulheres nesse campo é uma demonstração da necessidade urgente de avançar e aprofundar nos sentidos da vida que subjazem naquelas posições.

⁶ Vandana Shiva é filósofa, física, ativista ambiental. Reconhecida mundialmente como expoente Ecofeminista, atua na direção do Fórum Estadual sobre a Globalização.

Por que, mesmo com a crescente conscientização e debate nacional sobre a crise ecológica, as medidas de enfrentamento continuam desconhecidas, silenciadas e violentadas? Nossa impressão é que na centralidade das questões sobre sustentabilidade está posto a preocupação com os ajustes, a adaptabilidade entre preservação da natureza e exploração para o desenvolvimento capitalista, algo palatável aos discursos dominantes e hegemônicos, para que não assuste e nem desagrade às elites econômicas e políticas, típico de um projeto liberal (ou neoliberal) de modernização.

Observando os fenômenos socioambientais, com as devidas ênfases em raça, classe e gênero, temos os apontamentos de que mulheres pobres e não brancas são particularmente atingidas por violências múltiplas, decorrentes de opressões alicerçadas na colonialidade. Contudo, é importante (re)conhecer novas perspectivas, novas trajetórias e novas formas de imaginar futuros, nas quais as nocividades químicas, ideológicas, coloniais e patriarcais não sejam poluentes dos mundos futuros.

Referências

ACOSTA, Alberto. **O Bem viver: uma oportunidade de imaginar um outro mundo**. Rio de Janeiro: Fundação Boell, 2012.

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo horizonte: Ed. Letramento, 2019.

BRAND, Ulrich. **Modo de vida imperial: sobre a exploração de seres humanos e da natureza no capitalismo global**. São Paulo: Elefante, 2021.

BARRAGÁN, Alba M. A. LANG, Miriam. CHÁVEZ, Dunia M. e SANTILLANA, Alejandra. **Pensar a partir do feminismo: críticas e alternativas ao desenvolvimento**. In: Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. HOLLANDA, H. B. de. Org. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

BELTRÁN, Peredo; SOLÓN, Elizabeth. **Ecofeminismo**. In: Pablo(org.). Alternativas sistêmicas – Bem viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização. São Paulo, Elefante, 2019.

CAMPOS, Luiz Augusto. **Racismo em três dimensões: uma abordagem realista-crítica**. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.7666/329507/2017>.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen, 2019.

COSTA, Maria da Graça. **Agroecologia, (eco)feminismos e ‘bem viver’: emergências decoloniais no movimento ambientalista brasileiro**. In: Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. HOLLANDA, H. B. de. Org. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

CUEVA, Agustin. **O desenvolvimento do capitalismo na América Latina e a questão do Estado**. 1979. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/cueva/1979/08/estado.htm>

DAVIS, A. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de fora: Ed. UFJF, 2005.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. São Paulo: Ubu, 2022.

GONZALES, Lélia. **Mulher negra**. In: Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzales em primeira pessoa. Coletânea UCPA- União dos Coletivos Pan-Africanistas. Diáspora, 2018

GUNDER FRANK, Andre. **O desenvolvimento do subdesenvolvimento**. Montly Review, 1966.

LOWY, Michael. **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado**. Revista Outubro, 1995.

LUGONES, M. **Colonialidade e Gênero**. In: Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. HOLLANDA, H. B. de. Org. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

MASCARO, Alysson L. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. n-1 edições, 2018.

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo: teoria, crítica y perspectivas**. Barcelona: Icaria, 2007.

NASCIMENTO, Beatriz. **Quilombola e intelectual: possibilidades nos dias da destruição**. São Paulo: UCPA, 2018.

QUIJANO, Aníbal. **El fantasma del desarrollo em América Latina**. Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales, vol.6, 2000.

_____. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

_____. **O que é essa tal de raça?** In: Diversidade, espaço e relações sociais: o negro na geografia do Brasil. Santos, Renato Emerson dos. (org.). Belo horizonte: Autêntica, 2007.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2017.

TROTSKY, Leon. **Historia de la Revolucion Rusa**. Colômbia: Ed. Pluma, 1982.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O Sistema mundial moderno**. Vol. I. A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo Européia no Séc. XVI. Porto. Edições Afrontamento, 1990.

NOTAS

* Dayana Christina Ramos de Souza Juliano

Assistente Social. Especialista em Políticas Sociais e Intersetorialidade IFF/FioCruz; Mestra e Doutoranda em Serviço social no PPGSS-UFRJ.

E-mail: dayana.seso@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-8799-7429>

**Gabriela Maria Lema Icasuriaga

Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente é professora Associada do Departamento de Política Social e Serviço Social Aplicado da Escola

de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Política Urbana, Habitação e Segregação sócio-territorial, atuando principalmente nos seguintes temas: habitação, transporte urbano, meio ambiente, segregação sócio-territorial, poder local.

E-mail: gabrielalemai@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-9367-8213>

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO:

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM:

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA:

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES:

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à Revista Goitacá os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution (CC BY) 4.0 Internacional. Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal Fluminense. Publicação no Portal de Periódicos UFF. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Ana Cláudia de Jesus Barreto e Juliana Desiderio Lobo Prudencio.

HISTÓRICO

Recebido em: 30-04-2023 – Aprovado em: 05-06-2023 – Publicado em: 29-06-2023.